

TREM DA ALEGRIA

Dalla diz que cumpriu as promessas de Nilo

Senado
3 DEZ 1985

BRASÍLIA — “Há um ano que eu agüento isso”. Com este desabafo, o Senador Moacyr Dalla, ex-Presidente do Senado, se manifestou ontem publicamente, pela primeira vez desde que deixou a Presidência, sobre o “trem da alegria”. Afirmando que quebrava um compromisso com sua consciência, Dalla disse que transformou os cargos de funcionários da gráfica do Senado de celetistas para estatutários cumprindo promessa do seu antecessor, Senador Nilo Coelho, que morreu antes de fazê-lo. Dalle afirmou que, quando se despedir do Senado, vai denunciar “sete mil e tantos pedidos de emprego, de todos os homens desta República”, que recebeu.

Moacyr Dalla fez estas revelações em aparte ao Senador Enéas Faria (PMDB-PR), primeiro-secretário da Mesa do Senado, que defendeu, da tribuna, os projetos de resolução 149 e 150, de reestruturação de pessoal e de reforma do regimento administrativo do Senado.

— Os projetos não prejudicam nenhum dos atuais funcionários e também não promovem ninguém, não aumentam ordenado e não melhoram situação funcional de ninguém. Não se cria um único cargo, não se cria um único emprego, não se contrata ninguém — esclareceu.

Enéas Faria afirma que os dois projetos vão morali-

zar e ordenar a situação dos quase 3.200 funcionários do Senado. Os 340 funcionários do Prodaser (Serviço de Processamento de Dados) e os quase 1.500 da gráfica do Senado (em situação “sub-judice”) estão fora desta reformulação.

Na verdade, além de ordenar a situação dos 803 funcionários do Senado que recebiam por tabelas especiais (de pessoal de tempo determinado, de pessoal de obras e de funcionários pro-labore), os dois projetos vão enquadrar, como celetistas, alguns funcionários que ingressaram no Senado por meio de “trens da alegria”, sem concurso público. De qualquer forma, o projeto proíbe novas contratações sem concurso público, transfere para o plenário a competência da criação de empregos (até agora da alçada da Comissão Diretora e do Presidente do Senado) e regulamenta a viagem de servidores para cursos no exterior, evitando-se sucessivas viagens de passeio a título de estudos.

A comissão especial que propôs a reforma foi instituída em agosto e concluiu seus trabalhos na semana passada.

— O projeto acaba com funções como “artífice de apontador”, “desenhista de gráficos médicos” e várias outras que ninguém sabe o que são — esclarece Humberto Leal Vieira, membro da comissão.